



# 8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:  
do saber acadêmico à prática social"



## A produção agropecuária em assentamentos rurais no norte de São Paulo: principais cultivos, criações e implementos.

Rafael Contiero (agronomia; bolsista; [contiero.rafael@gmail.com](mailto:contiero.rafael@gmail.com)), Marcel Vinícius Gulla, Danilo Soares Figueiredo, Jean Marcos Soares de Matos, Regina Aparecida Leite de Camargo (Orientadora; [regina@fcav.unesp.br](mailto:regina@fcav.unesp.br)). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias – FCAV/UNESP – Campus Jaboticabal.

### Eixo 2: "Os Valores para Teorias e Práticas Vitais"

#### Resumo

Desde o ano de 2012 alunos e professores do Departamento de Economia Rural da FCAV/Unesp/Jaboticabal vem desenvolvendo pesquisas e projetos de extensão universitária em assentamentos rurais da Região Norte do estado de São Paulo. Seguindo a premissa de que a atividade de extensão deve estar calcada na realidade da comunidade, foi realizada uma pesquisa em dez áreas de assentamento para levantar dados sobre os principais elementos que afetam ou podem afetar a produção agropecuária. Esse trabalho apresenta alguns dos dados encontrados sobre demografia e trabalho familiar nos assentamentos, os principais cultivos e criações e o acesso das famílias aos programas de política pública para a agricultura familiar. Esse primeiro contato com os assentamentos da região norteou a formulação dos projetos de extensão atualmente em andamento nos assentamentos Sepé Tiarajú e Córrego Rico.

**Palavras Chave:** *agricultura familiar, autoconsumo, sistemas produtivos.*

#### Abstract:

Since the year 2012 students and professors of FCAV/Unesp/Jaboticabal carry on researches and university extension projects in settlement areas in the northern region of state of São Paulo. Following the premise that the extension activity must be based on the community's reality, ten settlement areas were researched for the major elements that affect or can affect the agriculture production and animal husbandry. This article presents some of the results on the demography and family work in the settlement areas, the main crops and animals founded and the access of families to public policy programs for family farming. This first contact with the settlement areas in the region guided the planning of the extension projects now in course in the settlements SepéTiarajú and Córrego Rico.

**Keywords:** *family farming, family consumption, productive systems*

#### Introdução

Os dois grandes instrumentos da modernização da agricultura brasileira foram as chamadas "políticas agrícolas ativas", representadas pelo crédito rural subsidiado e pelo serviço estatal de assistência técnica e extensão rural (DELGADO, 2001). Essa modernização estimulou a criação e fortaleceu a estrutura das agroindústrias e empresas rurais, mas deixou de lado o pequeno produtor familiar ou mesmo minou ainda mais suas condições de produção e comercialização (GRAZIANO DA SILVA, 1982; KAGEYAMA et al., 1990). É somente a partir da década de 1990 que vão surgir programas de políticas públicas direcionadas para a categoria de

produtores rurais que passa a ser denominada de agricultores familiares

A agricultura familiar inclui todas as atividades agrícolas de base familiar e está ligada a diversas áreas do desenvolvimento rural. Consiste em um meio de organização da produção agrícola, florestal, pesqueira, pastoril e aquícola gerenciada e operada por uma família e predominantemente dependente de mão-de-obra familiar, tanto de mulheres quanto de homens (FAO, 2014). Seja em países desenvolvidos ou em países em desenvolvimento, a agricultura familiar é a forma predominante de agricultura no setor de produção de alimentos, sendo responsável, no Brasil, por 70% da produção dos alimentos que compõe a cesta básica (MDA, 2011), além de ter um importante papel socioeconômico, ambiental e cultural.



# 8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:  
do saber acadêmico à prática social"

Realização:

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JULIO DE MESQUITA FILHO"

PROEX  
PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A maior parte da produção familiar obedece ao princípio da alternatividade, onde a produção gerada pelo sistema produtivo pode ser comercializada, ou consumida diretamente pela família, (Garcia Jr., 1983). Essa flexibilidade permite ao agricultor familiar maior espaço de manobra frente às flutuações do mercado e garante a manutenção da família caso as condições de comercialização sejam desfavoráveis.

Diversos fatores influenciam o bom desenvolvimento da agricultura familiar, tais como: condições agroecológicas e as características territoriais; ambiente político; acesso aos mercados; o acesso à terra e aos recursos naturais; acesso à tecnologia e serviços de extensão; acesso ao financiamento; condições demográficas, econômicas e socioculturais; disponibilidade de educação especializada, entre outros.

O uso de metodologias participativas nos serviços públicos de assistência técnica e extensão rural (realizados por entidades estatais e não estatais) deve ser utilizado, e os agentes devem desempenhar um papel educativo, atuando como facilitadores de processos de desenvolvimento rural sustentável. Pela nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) as ações de assistência técnica e extensão rural devem privilegiar o potencial endógeno das comunidades e territórios, resgatando e interagindo com os conhecimentos dos agricultores familiares e demais povos que vivem e trabalham nesses ambientes, e estimular o uso sustentável dos recursos locais. Ainda assim, para que a extensão rural cumpra a função de atuar de forma conjunta nos diferentes componentes de um agroecossistema é necessária a compreensão de suas interações e relações de interdependência, bem como a possibilidade de agir ou influenciar seus distintos componentes. No trabalho de assistência técnica e extensão rural, essa totalidade deve ser desvendada em conjunto com o público dos seus serviços através de ferramentas que permitam a participação no diagnóstico da realidade e na construção de propostas de intervenção (SUZANEIDE, et. al, 2011; VERDEJO, 2006).

Nesse sentido o trabalho de extensão rural se assemelha com a extensão universitária por seu caráter contínuo e educativo. Para a Pró-Reitoria de Extensão Universitária "os projetos de extensão devem ser entendidos como ações contínuas de caráter educativo, cultural, artístico, científico e tecnológico, que envolva docentes, pesquisadores, discentes (bolsistas ou voluntários) e servidores técnico-administrativos, desenvolvidas junto a outros setores da sociedade, com prazo mínimo de duração de 01 (um) ano, mediante ações sistematizadas" (Unesp, 2014).

O trabalho de pesquisa, cuja parte dos dados é aqui apresentada, serviu para conhecer a realidade produtiva dos assentamentos do norte de São Paulo e elaborar os projetos de extensão universitária atualmente em andamento.

## Objetivos

A pesquisa realizada teve como um de seus objetivos conhecer os sistemas produtivos das áreas de assentamento do norte do estado de São Paulo para embasar o planejamento e desenvolvimento de projetos de extensão universitária nos assentamentos Sepé Tiarajú em Serrana e Córrego Rico em Jaboticabal.

## Material e Métodos

Para a realização desta pesquisa foram entrevistadas 142 famílias em dez áreas de assentamentos no primeiro semestre de 2012, com a utilização de um questionário semi-estruturado, contendo blocos de questões assim divididos:

- Demografia e Trabalho Familiar:

Questões abertas e fechadas sobre local de origem e ocupação antes do assentamento, características do grupo familiar ampliado, renda da família, trabalho no lote e fora do lote, contratação de mão-de-obra e ajuda com o trabalho entre as famílias.

- Sistema de produção:

Questões abertas e fechadas sobre os principais cultivos e criações, acesso ao crédito rural, acesso aos programas PAA e PNAE, instalações e equipamentos presentes no lote, tecnologias utilizadas e assistência técnica.

- Acesso a programas de proteção social:

Questões abertas e fechadas sobre participação em programas de proteção social ou recebimento de algum outro tipo de ajuda.

Quanto à área de abrangência da pesquisa, levou-se em consideração a divisão em regionais utilizada pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp). O Instituto considera como Regional Norte, a área que, grosso modo, corresponde às Regiões Administrativas de Ribeirão Preto, Barretos, Franca, Central e parte de São José do Rio Preto – área onde ocorre a maior presença da cultura de cana-de-açúcar no estado. A maior parte dos assentamentos pesquisados encontra-se nessa Regional, menos os assentamentos Araras I, II e III, localizados na Regional Central.

## Resultados e Discussão



# 8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:  
do saber acadêmico à prática social"

Realização:

unesp  
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JULIO DE MESQUITA FILHO"

PROEX  
PROJETO DE EXTENSÃO CURRICULAR

## -Demografia e trabalho familiar:

O que caracteriza a agricultura familiar é a junção entre consumo, trabalho da família e propriedade dos meios de produção. Mais importante do que a área da propriedade são as relações sociais presentes no seu interior.

Podemos observar, no que se refere à idade dos responsáveis pelo lote, que existe pouca diferença entre as áreas pesquisadas. A idade média do casal responsável pelos lotes era de 52 anos e a pouca presença de casais mais jovens tomando conta do lote pode ser preocupante, se não houver a intenção, por parte dos filhos de permanecer no assentamento e na atividade agrícola. Por outro lado, foi interessante observar que, na maioria dos casos, mais de 80% dos membros da família mora e trabalha no lote.

Para entender as diferentes dimensões da inserção da mão-de-obra da família no trabalho do lote nos parece interessante recuperar o argumento de forças não transferíveis defendido por JersyTepicht (1973, p.38). Segundo o autor, é a existência no campesinato de uma "força marginal", que não pode ser inserida no mercado de trabalho, composta por crianças, velhos e mulheres trabalhando em tempo parcial, principalmente com a criação animal, que permite a satisfação de suas necessidades.

Por outro lado, foi constatado no estudo que em 57,4% das famílias que responderam a questão sobre trabalho fora do lote, algum morador exercia alguma atividade remunerada fora do lote, em algum período do ano. É principalmente os filhos que saem para trabalhar fora, o que demandaria um estudo sobre o custo de oportunidade da mão-de-obra familiar nos assentamentos rurais. A pesquisa também apurou que 73% dos maridos, 68% das esposas e 90% dos filhos que trabalharam fora, o fizeram todos os dias e em tempo integral, o que indica que essas famílias não conseguiam gerar renda suficiente para o sustento da família através das atividades agrícolas, donde a necessidade de alguns membros realizarem trabalho fora do lote, muitas vezes na cidade, o que diminui o potencial produtivo da propriedade, uma vez que essa força de trabalho poderia ser realizada em prol da melhoria técnica do sistema produtivo, e na consequente melhoria na produção e renda da família. Essa situação gera um círculo vicioso, com o sistema produtivo enfraquecido, o membro da família que trabalha fora fica altamente dependente desse emprego, impedido de voltar a trabalhar na terra.

Apesar da importância do trabalho da família para caracterizar o estabelecimento como familiar e permitir sua viabilidade econômica, já que a contratação de mão de obra onera a produção, inúmeros fatores como o tipo de exploração, a quantidade e qualidade da mão-de-obra familiar

disponível e as oportunidades de emprego fora do lote afetam a contratação temporária ou permanente de mão-de-obra. Como pode ser percebido, a contratação de mão-de-obra temporária nas famílias entrevistadas variou bastante e foi consideravelmente mais alta do que a contratação de mão-de-obra permanente. O que predomina no universo estudado é a contratação de serviços de empreita, presentes em 56,7% dos lotes. Esse dado reflete o número de lotes em que houve contratação de uma das modalidades de mão-de-obra, e não o número de horas ou dias trabalhados. Os tipos de serviço de empreita mais comuns foram os relacionados com o uso de trator – preparo do solo, colheita e capina.

O levantamento da renda das famílias gerou o gráfico abaixo.

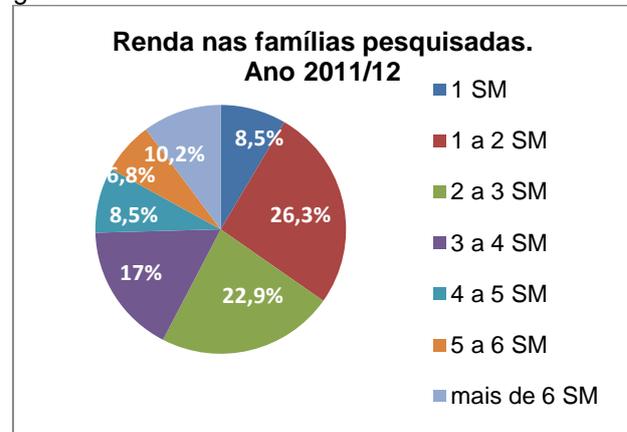


Figura 1. Renda familiar por assentamento.

Fonte: Pesquisa de campo, 2012

No que se refere à renda percebida pelas famílias, a Figura 1 demonstra que a renda da maioria das famílias estava na faixa de 1 a 2 ou de 2 a 3 salários mínimos. Mas 6,78% delas recebia entre 5 e 6 salários, e 10,2 % declarou receber mais de 6 salários mínimos, o que é mais do que os 8,5% que declararam receber até um salário mínimo.

## -Sistema produtivo:

Quando considerados os principais produtos para o conjunto dos assentamentos temos uma presença predominante do milho, feijão e mandioca, cultivos que obedecem ao já mencionado princípio da alternatividade definido (GARCIA JR. 1983) como a propriedade de poder ser vendido ou consumido.



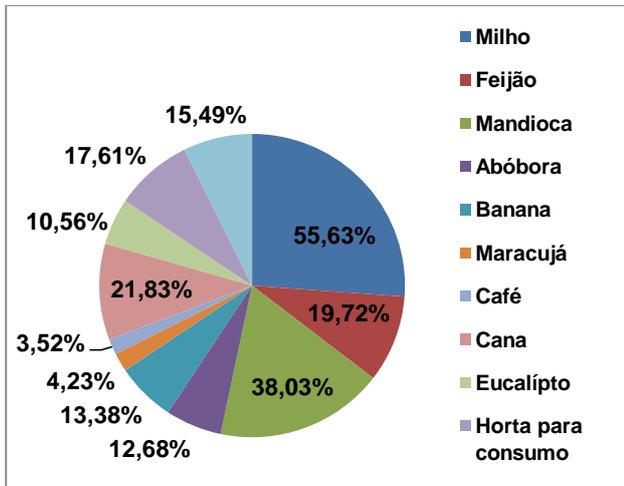
# 8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão: do saber acadêmico à prática social"

Realização:

unesp  
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JULIO DE MESQUITA FILHO"

PROEX  
PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



**Figura 2.** Principais produtos plantados no ano agrícola de 2011/12.

Fonte: Pesquisa de campo, 2012

Essa flexibilidade permite ao agricultor maior espaço de manobra frente às flutuações do mercado e garante a manutenção da família caso as condições de comercialização sejam desfavoráveis. O cultivo de hortaliças, seja para o consumo da família ou para entrega em mercados institucionais, é limitado pela escassez de água e impossibilidade de irrigação na maioria dos assentamentos. Esse é o caso, por exemplo, do assentamento Córrego Rico, que mesmo estando praticamente dentro do município de Jaboticabal, sofre com a falta de água.

**Tabela 1.** Criação animal nos lotes pesquisados. Ano Agrícola 2011/2012.

Assentamento	Gado Bovino (%)	Suínos (%)	Aves (%)
Araras	29,55	34,09	65,91
H. Guarani	62,50	50,00	87,50
M. Alegre	39,39	45,45	51,52
Boa Sorte	42,86	57,14	71,43
ReageBrasil	33,33	33,33	66,67
Nossa Terra	0,00	50,00	0,00
Formiga	66,67	50,00	100
Córrego Rico	16,67	100	66,67
SepéTiarajú	16,67	33,33	100
Ibitiua	0,00	50,00	25,00
TOTAL	37,78	45,19	67,4

Fonte: Pesquisa de campo, 2012

Como aparece na Tabela 1, predominam nos assentamentos pesquisados a criação de pequenos animais como aves e suínos, sendo a presença de gado bovino maior, que era de se esperar, nos assentamentos com lotes maiores.

Foi interessante notar na pesquisa de campo o uso de adubação verde em 64% dos lotes, bem como a prática de rotação de culturas em 40% deles e o

consórcio entre os cultivos em quase 30%. O cultivo orgânico aparece em 28% dos lotes, mas a agroecologia e a presença de sistemas agroflorestais (SAFs) em menos de 10%. Esses resultados indicam a pouca expressividade da agricultura orgânica ou agroecológica nos assentamentos pesquisados. O processo de transição para uma agricultura agroecológica demandaria um esforço concentrado da assistência técnica e dos próprios assentados. Considerando-se que os mercados institucionais representados pelos programas PAA, PNAE e PPAIS pagam 30% a mais por esses produtos essa prática poderia e deveria ser mais incentivada.

- Acesso a programas de proteção social:

Quando ao acesso ao crédito rural, 76,6% das famílias não haviam contraído financiamento do PRONAF custeio ou investimento no ano agrícola de 2011/12, conforme pode ser observado na Tabela 2.

**Tabela 2: Acesso ao Crédito Rural pelas famílias pesquisadas no ano agrícola 2011/12.**

Assentamento	Não	Sim
Araras I	50%	50%
Araras II	78,6%	21,4%
Araras III	92%	8%
Horto Guarani	72%	28%
Monte Alegre	62,2%	35,1%
Boa Sorte	100%	0%
ReageBrasil	66,6%	33,3%
Nossa terra	33,3%	66,6%
Formiga	100%	0%
Córrego Rico	67%	33,3%
SepéTiaraju	100%	0%
Ibitiua	100%	0%
TOTAL	76,60%	23,40%

Fonte: Pesquisa de campo, 2012

Dentre os que contraíram algum financiamento predominam os contratos de custeio. Infelizmente essa pesquisa não apurou o motivo da não contratação de crédito rural, o que deve ser averiguado em pesquisas futuras.

Tampouco a participação nos programas PAA e PNAE se mostrou significativa entre as famílias entrevistadas, conforme ilustrado na Tabela 3.



# 8º Congresso de extensão universitária da UNESP

Realização:

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JULIO DE MESQUITA FILHO"



"Diálogos da Extensão:  
do saber acadêmico à prática social"

**Tabela 3:** Participação nos programas PAA e PNAE entre as famílias entrevistadas. Ano agrícola de 2011/12.

Assentamento	Nenhum	PAA	PNAE	PAA e PNAE
Horto Guarani	68%	24%	4%	4%
Monte Alegre	75,68%	10,81%	5,41%	8,11%
Boa Sorte	14,29%	28,57%	0	57,14%
Formiga	100%			
SepêTiarajú	0	50%	0	50%
Córrego Rico	66,67%	16,67%	16,67%	
Nossa Terra	66,67%			33,33%
ReageBrasil	33,33%	66,67%		
Ibitiúva	25%	50%		25%
Araras	65,90%	15,91%	4,55%	13,64%
<b>TOTAL</b>	<b>63,38%</b>	<b>19,01%</b>	<b>4,23%</b>	<b>13,38%</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2012

Embora a participação no PAA e PNAE entre os assentados estar aquém do esperado pela importância e potencial desses programas, é importante salientar que sua presença em quase 37% dos lotes visitados fica bem acima dos menos de 11% de participação no PAA registrado para o estado de São Paulo no ano de 2011. Ou seja, parece que os assentados da reforma agrária beneficiam-se mais dos programas de políticas públicas para a agricultura familiar.

É interessante notar que a maioria dos que acessaram algum programa participou do PAA. O PAA tem a vantagem de ser mais antigo do que o PNAE e menos exigente quanto à quantidade e qualidade dos produtos entregues. Principalmente a modalidade Compra com Doação Simultânea costuma adquirir o que o produtor conseguiu produzir naquele momento.

As principais dificuldades para a participação nesses programas apontadas pelos entrevistados foram: a demora na aprovação da proposta, o baixo limite por produtor (DAP), a falta de assistência técnica e os atrasos no pagamento. A esses fatores soma-se a crônica falta de água na maioria dos assentamentos.

Pudemos observar que os principais produtos entregues aos programas governamentais foram os de maior rusticidade como a mandioca, e os que podem se enquadrar no princípio da alternatividade como as hortaliças e frutas, que são vendidos para os programas, gerando a renda da família, mas também são consumidos e utilizados na alimentação da própria família.

O acesso aos programas de fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar pode viabilizar a realização do ideário camponês de autonomia e ao mesmo tempo permitir uma plena inserção a mercados formais e institucionais. Como coloca Wilkinson (2008), apresentam-se como uma das possibilidades para a

comercialização da produção familiar, sobretudo interessante quando valoriza suas especificidades e promove o desenvolvimento local. As compras realizadas pelo Estado através do PAA e PNAE podem ser um importante incremento na renda dos produtores, principalmente se acompanhada por investimentos financiados pelo Pronaf.

A escolha do que e como plantar pelas famílias assentadas reflete as suas trajetórias antes e após o assentamento, bem como os projetos, assistência técnica e interferências externas a que os assentados estão sujeitos. Nos projetos de assentamento as dimensões sociais, políticas e econômicas mesclam-se de forma indissociável, criando nesses espaços desafios e potencialidades para as políticas públicas e seus beneficiários.

Para que haja um predomínio de sistemas de policultivo, típicos da agricultura familiar, é preciso garantir a produção e comercialização dos produtos dos assentamentos com programas e projetos municipais que propiciem alternativas de renda e inclusão social. Mas como acabamos de ver, muitos assentados ainda não se beneficiam das políticas das quais são o principal alvo.

Os assentados não podem ser vistos como camponeses que não visam o lucro, pois fazem da agricultura um meio e um modo de vida (WOLF, 1970), mas como agentes produtivos que participam integralmente da vida econômica e política de suas localidades. Os programas de políticas públicas para a agricultura familiar contribuem para viabilizar e também tornar visível a produção da agricultura familiar. Ao mesmo tempo eles demandam e promovem suas organizações e sua produção.

Por outro lado esses programas, sobretudo o PNAE, demandam a capacitação para o gerenciamento e para a negociação no atendimento das chamadas públicas das prefeituras municipais.

Embora a inconstância da assistência técnica oficial em alguns assentamentos possa ter limitado ou mesmo impedido a inserção dos produtores nos programas, também impulsionou, em alguns casos, uma emancipação da tutela do Estado. Os dirigentes das associações não apenas "correm atrás" das informações e efetivamente aprendem a lidar com os trâmites burocráticos necessários, como estabelecem parcerias institucionais e com outros produtores familiares não assentados.

É indiscutível que a participação dos assentados nos programas de fortalecimento da agricultura familiar confere maior visibilidade e legitimidade local a esses atores e reforça seu papel como agentes econômicos promotores do desenvolvimento. O aprendizado decorrente da participação em conselhos municipais e das negociações com diferentes esferas administrativas leva a gradual independência dos mecanismos



# 8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:  
do saber acadêmico à prática social"

Realização:

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JULIO DE MESQUITA FILHO"

PROEX  
PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

oficiais de assistência técnica. Foi possível identificar nos assentamentos estudados como a debilidade desses serviços acabou fomentando, em alguns casos, o desenvolvimento de maior capacidade de buscar informações acerca de editais e mudanças nas políticas públicas, bem como firmar alianças com outras instituições capazes de prestar algum tipo de serviço, como, por exemplo, universidades e o SEBRAE.

## Conclusões

Podemos concluir que há um longo caminho a percorrer para que os assentamentos expressem seu potencial produtivo. Apesar do aumento da renda e da segurança alimentar das famílias através dos programas governamentais de aquisição de alimentos, da cada vez maior participação nos mercados locais e do aumento das alianças das cooperativas e associações com universidades e outros órgãos públicos e privados, a participação em programas de políticas públicas para a agricultura familiar precisa ser reforçada com a eliminação dos entraves apontados, um maior aporte da assistência técnica para a diversificação e aumento de volume da produção, mais acesso ao crédito rural do Pronaf para efetuar as melhorias necessárias nos lotes e uma atuação mais contundente dos assentados na formulação das políticas das quais são alvo. Estas ainda se mostram insuficientes e pouco eficazes devido à complexidade da questão agrária no país. No caso dos programas de políticas públicas para a agricultura familiar, são necessárias novas pesquisas com produtores familiares e demais

beneficiários desses programas para avaliar até que ponto eles estão cumprindo seus objetivos iniciais de associação da produção familiar com o combate à fome e a miséria no Brasil.

## Agradecimentos

Agradecimentos ao PROEX pelo financiamento do projeto, às famílias participantes da pesquisa pela recepção e boa vontade em colaborar, aos bolsistas e voluntários pela dedicação e comprometimento na aplicação dos questionários.

## REFERÊNCIAS

- DELGADO, N. G.. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S. **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2001, p. 15-52.
- GARCIA JR. Afrânio Raul. **Terra de Trabalho**. Trabalho Familiar de Pequenos Produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GRAZIANO DA SILVA; J. A. **Modernização Dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- GRISA, C. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva**. Apontamentos e questões para o debate. Trabalho apresentado no "Seminário Temático Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)", Juazeiro (BA), 24 e 25 de agosto de 2009.
- KAGEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. (Org.). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília (DF): IPEA, v. 1, 1990, p. 113-223.
- SUZANEIDE, F. S. M.; DANTAS, M. E.; SALLES, M. C.T; CEZAR FILHO, P.; DUARTE, A. K. N.; MEDEIROS, J. L. B. Diagnóstico Rural Participativo (DRP) uma ferramenta necessária para investigação/intervenção. **IPEA**, CODE 2011. Disponível em: [www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo59.pdf](http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo59.pdf)
- TEPICHT, Jerzy. **Marxisme et Agriculture**. Paris: Armand Colin, 1973.
- VERDEJO, M. E. Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP. Brasília, DF: MDA/Secretaria da Agricultura, 2006
- WILKINSON, John. **Mercados, Redes e Valores**. . Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008
- WOLF, Eric R. Aspects of Group Relations in a Complex Society. In SHANIN, Teodor. **Peasants and Peasants Societies**. London: Penguim Books, 1976.